

## Advogado amigo de Lula não depõe hoje na CPI dos Bingos

Roberto Teixeira, advogado e compadre do presidente Lula, não depõe hoje na CPI dos Bingos. Seu advogado, Cristiano Zanin, alegou atraso na entrega da intimação e disse que o cliente terá de se submeter a avaliação médica antes de comparecer. **Página 4**

## Cessão de dívidas de prefeituras pode ser votada pela CAE

Os municípios poderão ceder suas dívidas ativas a instituições financeiras, para cobrança. Proposta com esse objetivo está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que se reúne às 9h30. A matéria provoca polêmica. **Página 6**

# Renan pede mobilização para votar Orçamento hoje

“Estamos prontos para a votação”, anuncia o presidente do Congresso, ao confirmar para as 18h a sessão que pode deliberar sobre a proposta. Se não houver consenso das lideranças, ele prevê decisão pelo voto. **Página 3**



Renan espera solução para demandas localizadas que dificultam a votação



Arthur Virgílio garante que, resolvidas as pendências, o PSDB não vai obstruir sessão



Agripino anuncia ação contra o uso de medida provisória para executar o Orçamento



## Dez anos do massacre lembrados no Plenário

Há dez anos, 19 trabalhadores sem terra eram massacrados em Eldorado dos Carajás (PA). Nas proximidades da chamada Curva do “S”, local do confronto, o Incra instalou o Assentamento 17 de Abril (foto), para abrigar sobreviventes e famílias dos mortos. A data foi lembrada ontem pelo senador Sibá Machado, que lamentou o fato de apenas 2,6% dos estabelecimentos rurais concentrarem 43,7% da área agricultável no país. Mesmo assim, ele apontou avanços na reforma agrária. **Página 5**

Por requerimento de diversos parlamentares, Senado aprova voto de pesar e encaminha condolências à família do jurista

## Senadores lamentam em Plenário a morte de Miguel Reale

O Senado encaminhará condolências à família do jurista Miguel Reale, que morreu na sexta-feira, aos 95 anos. O requerimento, apresentado por Marco Maciel (PFL-PE) e outros senadores, também prevê a inserção em ata de voto de profundo pesar e a apresentação de condolências à Academia Brasileira de Letras, ao governo de São Paulo, à Academia Paulista de Letras e à Universidade de São Paulo (USP).

Formado em Direito pela USP, o jurista escreveu a tese Fundamentos do Direito, em 1940, que serviu de base para a sua Teoria Tridimensional do Direito, que alcançou repercussão mundial.

Maciel destacou a participação do jurista na elaboração do novo Código Civil. Muitas das inovações contidas na lei, disse, são de autoria de Reale, como a redução dos prazos para requerimento do usucapião, a eliminação da figura do homem como “cabeça do casal” e o reconhecimento da igualdade de direitos e deveres entre pais e mães na tutela dos filhos, quando ocorrer divórcio.

Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou vitória na Justiça conseguida pelo jurista que rendeu ao estado do Paraná uma economia de US\$ 103 milhões.

Já Mão Santa (PMDB-PI) comentou que, além dos relevantes serviços que prestou ao país, o



Marco Maciel destaca a participação do jurista na elaboração do novo Código Civil

jurista deixou o filho, Miguel Reale Júnior, “para continuar plantando justiça”. De acordo com Paulo Paim (PT-RS), Reale foi fundamental na elaboração do texto da Constituição de 1988.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) ressaltou a luta de Miguel Reale pela autonomia da Universidade de São Paulo e comparou o jurista a Clóvis Beviláqua, outro mestre da ciência jurídica brasileira.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), por sua vez, destacou a colaboração de Reale para a aprovação do Código Civil, cuja tramitação ficou parada no Congresso Nacional por 15 anos.

Na opinião do senador Amir Lando (PMDB-RO), Miguel Reale se tornou “imortal” pelo exemplo, pela docilidade do homem aberto ao diálogo e por ser “figura exponencial das letras jurídicas”.

Roosevelt Pinheiro

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)



### Orçamento de 2006 pode ser votado hoje

Propostas de emendas constitucionais, como a que define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia (PEC 12/03), compõem a pauta da sessão de hoje

do Plenário do Senado, marcada para as 14h. Também está prevista sessão conjunta do Congresso Nacional, às 18h, para votação do projeto de Orçamento da União para este ano.

### Mudanças no Imposto de Renda em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza reunião hoje, às 9h30. Em pauta, quatro projetos de lei que mudam as regras para o Imposto de Renda Pessoa Física, entre eles o que oferece a possibilidade de se

deduzir do imposto o salário pago a empregados domésticos, como forma de incentivar a formalização do vínculo empregatício. O governo federal editou medida provisória nesse sentido (MP 284/06).

### Escolha de nomes para agências reguladoras

Hoje, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) tem reunião marcada às 10h. Os parlamentares vão analisar as indicações dos nomes de Victor Martins para o cargo de diretor

da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e de Romeu Donizete Rufino e José Guilherme Silva Menezes Senna para diretorias da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).



### Comissão de Orçamento elege dirigentes

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para eleger seus dirigentes. O substituto do senador Gilberto Mestrinho

(PMDB-AM) na presidência do colegiado deve ser um deputado, seguindo as regras de funcionamento da CMO. Às 16h30,

a comissão estará reunida para examinar, entre outras matérias, relatório sobre o Plano Plurianual 2004-2007 (PLN 41/05).



### CPI dos Bingos vota convocação de Mattoso

A CPI dos Bingos se reúne às 11h e deve analisar a convocação do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, para tratar da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. O depoimento do advogado

Roberto Teixeira, previsto para hoje, não vai mais se realizar. Seu advogado, Cristiano Zanin, alegou atraso na entrega da intimação e explicou que seu cliente precisa se submeter a uma avaliação médica antes de comparecer.

## Renan participa da posse da nova diretoria do TST

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem da solenidade de posse da nova diretoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que tem como presidente o ministro Ronaldo José Lopes Leal e como vice-presidente o ministro Rider Nogueira

de Brito. A Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, por sua vez, será coordenada pelo ministro Luciano de Castilho Pereira.

Em seu discurso de despedida como presidente da Corte, o ministro Vantuil Abdala disse que a rotatividade do poder é um aspecto

“saudável na democracia”.

Também compareceram ao evento o vice-presidente da República, José Alencar, a presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie, e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, João Alberto Souza, Mão Santa, Alvaro Dias e Papaléo Paes e pela senadora Heloísa Helena



Agripino vê falta de capacidade política de Lula para negociação

## Agripino anuncia Adin contra MPs orçamentárias

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), anunciou a intenção de seu partido de, com o apoio do PSDB, entrar com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as medidas provisórias (MPs) editadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para executar o Orçamento da União de 2006. Agripino observa que o Orçamento é a peça mais importante analisada pelo Congresso e aponta “falta de capacidade política” do presidente Lula para negociar sua aprovação com os parlamentares.

– O governo que pratique a negociação com o Congresso para aprovar o Orçamento e pare com a perseguição a estados governados pela oposição – declarou.

Agripino questionou a urgência e a relevância de uma das MPs, relativa a créditos de R\$ 1,8 bilhão. Nesse montante estariam inseridos cerca de R\$ 36 milhões para pagamento de serviços de publicidade da Presidência da República; R\$ 75 milhões para realização de censos pelo IBGE; R\$ 116 milhões para recadastramento de beneficiários da Previdência Social; R\$ 210 milhões para compra de aeronave pela Aeronáutica.

O pefelista também estranhou a retirada, da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de indicação dos limites para gastos públicos e carga tributária. O parlamentar disse que estará vigilante em relação a essas questões para barrar uma eventual “sanha arrecadatória e gastança” do governo federal em ano eleitoral.

“O Brasil precisa do Orçamento aprovado, com definições claras sobre gastos e investimentos, como sinalização para o mercado”, afirma o presidente do Senado

# Renan pede esforço aos líderes para a votação do Orçamento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem, em entrevista, que pediu aos líderes partidários que mobilizem suas bancadas para que seja votado na noite de hoje o projeto do Orçamento da União para 2006.

– Estamos prontos para a votação. Restam pequenas demandas localizadas, que precisam realmente ser resolvidas. Mas, se não houver consenso das lideranças, tem que se decidir no voto – explicou o senador. A sessão do Congresso Nacional destinada a deliberar sobre a proposta está marcada para as 18h.

Renan esclareceu que não colocou o projeto orçamentário em votação na última quarta-feira, depois da reunião entre governadores e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já à noite, porque não havia presença suficiente de parlamentares para garantir quórum na sessão.

– O Brasil precisa do Orçamento aprovado, com definições claras sobre gastos e investimentos, uma sinalização óbvia para o mercado.



Renan Calheiros diz discordar do uso de medida provisória para a liberação de dinheiro

Se o processo orçamentário está esgotado, se precisa de modificações, é uma outra questão. De minha parte, estou fazendo de tudo para que o projeto seja votado.

O presidente do Senado disse discordar do uso de medidas provisórias para liberar dinheiro, como fez o presidente da República durante a Semana Santa, sob o argumento de que o Orçamento ainda não foi aprovado e o governo federal não poderia ficar parado.

– Só deveríamos usar medidas provisórias em caso de urgência e relevância – afirmou.

Por isso, Renan espera que o Congresso se reúna hoje em sessão conjunta para votar a proposta orçamentária.

– Se continuarmos com isso, será o caos. O governo fica legislando por medidas provisórias e o Congresso Nacional não consegue apreciar o que está na pauta – observou o parlamentar.

Questionado se a presença do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na Câmara dos Deputados, hoje ou na próxima quinta-feira, não tornaria dispensável sua vinda ao Senado Federal, Renan Calheiros declarou torcer para que “todas as dúvidas” sejam esclarecidas na Câmara. No entanto, “se ainda houver dúvidas depois”, o ministro da Justiça terá de comparecer ao Senado, disse.

A oposição na Casa quer a presença de Márcio Thomaz Bastos para que ele fale de sua suposta participação nos fatos que culminaram com a demissão do ministro Antonio Palocci, da Fazenda.

## Virgílio cobra solução para quatro pendências

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), garantiu que seu partido votará hoje o Orçamento da União para 2006, desde que o governo resolva quatro pendências com estados e prefeituras, quase todos da oposição. A primeira é a liberação de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 90 milhões, que se arrasta desde o ano passado, para o governo de Sergipe, administrado pelo PFL (João Alves). O empréstimo é objeto de negociação entre o líder do partido, senador José Agripino (RN), o próprio Virgílio e o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro.

A segunda pendência refere-se a uma reclamação do governo da Bahia, também do PFL, sobre os valores destinados a projetos de irrigação no estado. Outro problema a ser resolvido é a garantia do Palácio do Planalto de que vai liberar todos os recursos que competem ao governo federal na preparação para os Jogos Pan-

Americanos de 2007, no Rio de Janeiro. O último pleito encontra-se nas mãos da Petrobras, “e está bem encaminhado”, segundo Virgílio. Ele quer que a empresa comprometa-se claramente sobre quanto vai gastar neste e nos próximos anos e quando vai terminar a construção do gasoduto Coari-Manaus, no Amazonas.

O parlamentar sustentou que, resolvidas essas pendências, o PSDB está disposto a apoiar o governo na votação do Orçamento. Para isso, frisou, derrubaria até mesmo tentativas “de última hora” de parlamentares insatisfeitos com o Executivo, que ameaçam pedir verificação de quórum na sessão do Congresso se não forem atendidos em suas reivindicações. Virgílio elogiou a iniciativa do ministro Tarso Genro de “abrir caminhos para o diálogo” com as oposições. O senador conversou nos últimos dias por duas vezes com o ministro.

– Por que perseguir o governador de Sergipe? Por que menosprezar projetos de irrigação da Bahia? Por

que dificultar os Jogos Pan-Americanos do Rio? Só vejo uma razão: esses estados e essa cidade são administrados por adversários do governo federal – observou Virgílio em entrevista à imprensa.

O líder tucano também afirmou que o partido entrará ainda hoje no Supremo Tribunal Federal contra a medida provisória assinada pelo presidente da República na Semana Santa que abre um crédito adicional de R\$ 1,8 bilhão para os ministérios. Para ele, a MP é inconstitucional.

– Crédito adicional a quê? Só se pode adicionar uma coisa a outra. Se o Orçamento de 2006 ainda não foi aprovado pelo Congresso, se ele ainda não existe, nenhum crédito lhe pode ser adicionado. Trata-se de adição no vácuo, adição fantasma e, no entendimento do PSDB, ilegal – argumentou.

Virgílio informou que seu partido também entrará no Supremo contra a anunciada medida provisória que deve autorizar as estatais a gastarem mais de R\$ 24 bilhões em investimentos.



Segundo Raupp, motoristas enfrentam risco constante de acidentes e atoleiros

## Raupp pede verbas para recuperação de rodovia em Rondônia

Ao comentar, em discurso, a “situação lamentável” das rodovias que cortam o estado de Rondônia, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo ao governo federal, ao Ministério dos Transportes, ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e ao governo do estado no sentido de que aloquem mais recursos para recuperar aquelas rodovias.

– Nesse período de inverno, a situação piorou. Trafegar pelas rodovias de Rondônia, sobretudo à noite, tornou-se um risco iminente. São caminhões tombando, carros batendo e pneus estourando. Os atoleiros estão por todos os lados. Vários desvios foram improvisados – relatou o parlamentar.



Amir Lando reclama recursos para a recuperação de trecho da BR-364

## Governo precisa dar maior atenção ao estado, afirma Lando

“A situação é de calamidade pública”, afirmou da tribuna o senador Amir Lando (PMDB-RO), ao pedir ao Ministério dos Transportes e ao Dnit o envio de recursos para a recuperação do trecho da BR-364 em Rondônia.

– A BR está cheia de buracos, há acidentes de todo tipo e vítimas fatais que perdem a vida por descuido, descaso e falta de sensibilidade das autoridades locais e federais – criticou.

Lando disse que o governo precisa olhar com mais cuidado o estado de Rondônia e defendeu a implementação de uma política agrícola que melhore a situação dos pequenos pecuaristas, como os produtores de leite.



Na atual gestão, "os bandidos são 40 e não um", destaca Mão Santa

## Mão Santa ressalta denúncias sobre esquema de corrupção

Mão Santa (PMDB-PI) comentou a matéria de capa da última edição da revista *Veja* para dizer que, no atual governo, "os bandidos são 40 e não um", em referência ao relatório do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que denunciou, na semana passada, 40 pessoas por envolvimento com o mensalão.

O parlamentar criticou ainda a carga tributária e citou estudo mostrando que o brasileiro trabalha 5,5 meses para pagar impostos. Ele também acusou o governo do presidente Lula de ter gerado despesa extra de R\$ 625 milhões mensais com a criação de 2.680 cargos comissionados.



Alvaro Dias: indiciamento de envolvidos no mensalão mostra responsabilidade

## Alvaro Dias elogia iniciativa do procurador-geral

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou corajosa a iniciativa do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, de pedir o indiciamento de 40 pessoas ligadas ao esquema do mensalão. Na opinião do senador, o trabalho do procurador foi eficiente, inteligente e demonstra responsabilidade pública.

– Os indiciados no esquema de corrupção merecem punição exemplar e o que o procurador fez foi dar uma resposta àqueles que ainda mantêm viva a esperança na dignidade – assinalou, ressaltando que o envolvimento do presidente Lula, não considerado no relatório da CPI dos Correios, também merece investigação.

Compadre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o depoente foi acusado de comandar esquema de caixa dois em prefeituras do PT e era aguardado hoje na CPI dos Bingos

# Roberto Teixeira alega atraso na intimação e cancela depoimento

Roberto Teixeira não vai mais depor hoje na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, como estava programado. A comunicação foi feita à secretaria da CPI no início da noite de ontem pelo advogado Cristiano Zanin. O principal motivo apontado para o não-deslocamento do seu cliente até Brasília foi a entrega tardia da intimação pela Polícia Federal.

Além desse fato, Zanin argumentou que Roberto Teixeira só poderia comparecer à CPI depois de uma avaliação médica rigorosa, já que teria sofrido, em janeiro, uma cirurgia cardíaca. O advogado também ponderou que, no ofício de convocação, não ficava claro se Teixeira deveria como testemunha ou acusado.

Compadre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Teixeira foi acusado por Paulo de Tarso Veneslau, ex-secretário de Finanças de Campinas e de São José dos



CPI dos Bingos deve votar convocação de ex-presidente da Caixa Econômica Federal

Campos, de ter comandado na década de 1990 um esquema de arrecadação irregular de dinheiro junto a prefeituras petistas em São Paulo, para uso em campanhas eleitorais.

De acordo com o ex-secretário, Teixeira agia com Paulo Okamoto, atual presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Tanto Okamoto quanto Teixeira

negam as acusações.

A CPI manteve a reunião administrativa convocada para as 11h, quando poderá ser votado o requerimento de José Jorge (PFL-PE) que convoca para depor o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso. Também serão analisadas as convocações de assessores do ministro da Justiça e do jornalista Marcelo Netto.

## Almeida Lima reafirma proposta para nova comissão de inquérito

Almeida Lima (PMDB-SE) reafirmou ontem ter apresentado requerimento, na última quarta-feira, para a instalação de uma CPI destinada a investigar irregularidades do governo denunciadas pela imprensa e ainda não apuradas.

Ele conclamou a oposição a permanecer unida e, por meio dessa nova CPI, realizar as investigações necessárias para esclarecer os fatos relacionados à violação do sigilo bancário

do caseiro Francenildo Santos Costa junto à Caixa Econômica Federal; a relação mantida pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, com o presidente da República; a relação entre Fábio Luiz (filho do presidente Lula) com a operadora de telefonia Telemar; entre outros assuntos.

Segundo ressaltou, a resistência manifestada por setores do governo à instalação dessa nova CPI não o surpreende.

O senador por Sergipe recebeu



Oposição deve permanecer unida para ampliar investigações, diz Almeida Lima

apoio de Mão Santa (PMDB-PI), que considerou a proposta de uma nova comissão parlamentar de inquérito "um exercício de profilaxia dos maus costumes na política nacional".

## ACM: Lula quer usar dinheiro público para fim eleitoral

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou o presidente Lula de praticar atos eleitorais com dinheiro público visando à sua reeleição em outubro. O senador disse que, para isso, Lula tenta aprovar de forma inconstitucional a liberação de recursos do Orçamento sem que a peça orçamentária de 2006 tenha sido



Antonio Carlos condena uso de MPs para liberar recursos do Orçamento de 2006

aprovada pelo Congresso.

Conforme sustentou, o uso abusivo de medidas provisórias demonstra a forma ditatorial de o PT governar.

– O deputado Rodrigo Maia [PFL-RJ] já me advertira que o presidente está tentando liberar créditos extraordinários de até R\$ 28 bilhões e que Lula teria declarado que é para isso que foi eleito. Deveria ter dito: fomos eleitos para roubar – protestou.

Antonio Carlos analisou ainda o parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que pediu o indiciamento de 40 pessoas ligadas ao PT.

– Por muito menos, o presidente Collor sofreu *impeachment* – afirmou ele.



Arthur Virgílio critica as "proezas pra lá de superlativas" divulgadas pelo presidente

## Virgílio: governo montou esquema de continuísmo

Ao ler trechos de matérias publicadas por *Veja*, Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordou com a opinião da revista de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva montou um esquema que "envolve a maior quadrilha jamais montada com o objetivo de garantir a continuidade no poder de um mesmo grupo político".

– É triste para o país constatar que, em nome desse esquema, que os quadrilheiros julgavam indevassável, Lula, ainda agora, continue entoando em versos malfeitos o que ele julga ser proezas, todas pra lá de superlativas. Por enquanto, Lula continua nesse seu febeapá de fazer inveja a Stanislau Ponte Preta – afirmou.

O senador pelo Amazonas também criticou declarações que Lula teria dado no programa semanal de rádio, *Café com o Presidente*, atribuindo ao Congresso Nacional a responsabilidade pela não-aprovação, até o momento, do Orçamento de 2006. Virgílio informou que a peça orçamentária ainda não foi votada porque o governo federal "vem enganando" os governos estaduais, descumprindo promessas de repasses de recursos da Lei Kandir e lesando alguns estados com a retirada de recursos para obras de interesse regional.

### Reação

O parlamentar defendeu a rejeição por deputados e senadores da medida provisória que prevê a liberação de R\$ 1,8 bilhão e de uma outra MP, ainda em fase de estudo, que autoriza o governo a gastar R\$ 24 bilhões. Ele opinou que as duas MPs são inconstitucionais, já que antecipam a liberação de dinheiro de um Orçamento que nem sequer foi aprovado.

Em aparte, Heloísa Helena (PSOL-AL) observou que o presidente esquece de dizer que ainda não executou o Orçamento de 2005. Ela informou que menos de 0,9% dos recursos alocados para habitação popular foram gastos e que o mesmo teria ocorrido com o saneamento básico.

## Arthur Virgílio solidariza-se com Gilberto Mestrinho

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) apresentou requerimento de solidariedade ao senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que, ontem, teve sua residência no Rio de Janeiro assaltada. Segundo Virgílio, homens armados com facas e revólveres entraram na casa, outros, com metralhadoras, permaneceram do lado de fora.

Os assaltantes, conforme Arthur Virgílio, teriam roubado R\$ 16 mil em dinheiro, o qual Mestrinho estaria guardando para pagar contas. Levaram ainda os dois automóveis da casa. Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Sibá Machado (PT-AC) solidarizaram-se com Mestrinho.



Governo estadual e empresa não entram em acordo, observa Romero Jucá

## Jucá lamenta paralisação de projeto de celulose

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) lamentou, ontem, em Plenário, o adiamento pela empresa Brancocel Holding da implantação de uma fábrica de celulose em Roraima. A suspensão do projeto de celulose, de acordo com matéria divulgada pelo jornal *Folha de Boa Vista*, deveu-se a atrasos e incertezas causadas por recorrentes mudanças no governo estadual.

– Esse projeto já vem se arrastando há alguns anos e já foram investidos mais de US\$ 10 milhões. Foram feitos também estudos ambientais, mas infelizmente o governo estadual e a empresa não conseguiram chegar a um denominador comum – disse o senador.

Romero Jucá fez também apelo ao Ministério das Relações Exteriores para que interceda junto ao governo da Guiana visando à libertação de garimpeiros brasileiros presos naquele país. Eles foram detidos por estarem garimpando em área de preservação ambiental e por estar com os vistos de trabalho vencidos.

## Garibaldi quer solução para taxa de juros e carga tributária

Ao criticar as taxas de juros, a carga tributária e os gastos públicos elevados no país, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) cobrou, ontem, da classe política consenso para que os problemas decorrentes da atual política econômica adotada pelo governo possam ser resolvidos.

Garibaldi condenou as altas taxas de juros em vigor no Brasil por considerar que, além de prejudicarem o crescimento, afetam também as exportações ao submeterem o real a uma valorização artificial. Ele defendeu a elevação da arrecadação por meio do aumento da produtividade e a contenção dos gastos

públicos para que o país possa investir em educação, saúde e infra-estrutura.

– Repete-se já faz algum tempo a cantilena de que os juros reais praticados no Brasil são extorsivos e prejudicam o crescimento e que nossa carga tributária sufoca a produção – salientou o parlamentar.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Garibaldi cobra entendimento da classe política para enfrentar problemas

Senador lembra que famílias de trabalhadores rurais sem terra apenas protestavam contra a demora do governo em assentá-las quando “foram cercadas por 155 policiais”

## Sibá registra os dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás

O senador Sibá Machado (PT-AC) registrou ontem, em Plenário, os dez anos do chamado massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no estado do Pará em 17 de abril de 1996. Sibá lembrou que famílias de trabalhadores rurais sem terra acampavam às margens da rodovia PA-170 quando “foram cercadas por 155 policiais militares”. Da ação policial, promovida na gestão de Almir Gabriel (PSDB) no governo do estado, disse o senador, restaram 19 trabalhadores rurais mortos e cerca de 51 feridos. De acordo com Sibá, os cerca de 1.500 manifestantes apenas protestavam contra a demora do governo federal no assentamento de famílias.

– Para os policiais, aqueles trabalhadores deixaram de ser gente, tornaram-se menos que animais. Dos 19 mortos, cerca de dez foram acertados com tiros na nuca e na cabeça, outros foram retalhados a golpes de foice, outros esmagados, braços



Menos de 20 mil famílias são donas de quase metade do país, lamenta Sibá Machado

arrancados, pernas mutiladas, entranhas e sangue pelo chão na estrada de terra. Essa é a forma como as elites rurais tratam os trabalhadores que apenas almejam um pedaço de terra para plantar – afirmou.

Sibá informou que três julgamentos já foram realizados para punir os comandantes da operação policial. Entretanto, sublinhou o senador, os dois

principais comandantes (major José Maria Pereira de Oliveira e coronel Mário Colares Pantoja) aguardam em liberdade o julgamento de recursos.

– Algumas vezes, sob o manto do agronegócio, o latifúndio sobrevive, supostamente mais moderno, avançado e desenvolvido, mas a realidade é outra: pouquíssimas famílias, menos de 20 mil, são donas de quase metade do país – lamentou Sibá.

O senador expôs dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que demonstram que apenas 2,6% dos estabelecimentos rurais concentram 43,7% da área agricultável do Brasil.

Sibá Machado concluiu o discurso garantindo que o governo Luiz Inácio Lula da Silva tem se empenhado para promover a reforma agrária no país.

## Heloísa Helena critica “políticas assistencialistas” do atual governo

Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou as “políticas assistencialistas” do governo que, avalia, confundem a população de baixa renda ao acreditarem ser essas políticas de assistência social. A senadora lembrou que, na história da esquerda, no socialismo europeu, havia debates sobre as chamadas políticas compensatórias e as políticas sociais, de caráter universalizante.

Segundo Heloísa, o atual governo substituiu-as por políticas focalizadas, como o Bolsa-Família, que seriam essenciais como

elementos transitórios e não permanentes.

– O Estado brasileiro diminuiu investimentos em saúde, educação, assistência social e, de forma clientelista e eleitoreira, mantém os mesmos princípios das elites coronelistas nordestinas que trocavam o voto por cesta básica – lamentou.

Ela atribuiu o fracasso das políticas sociais à economia neoliberal, que, segundo afirmou, privilegia o capital financeiro e seria responsável pela desestruturação dos parques produtivos



Políticas sociais permanecem enquanto deveriam ser transitórias, alerta Heloísa

e o conseqüente aumento do desemprego. A solução encontrada para a manutenção dessa política econômica, de acordo com Heloísa Helena, foi o aumento da carga tributária, com maior prejuízo às classes mais pobres.

## Paulo Paim elogia iniciativa de Mauricio de Sousa

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a iniciativa do desenhista de histórias em quadrinhos Mauricio de Sousa de criar personagens portadores de deficiência física para a *Turma da Mônica*. O senador citou os personagens Dorinha (deficiente visual) e Luca (que anda de cadeira de rodas) como importante contribuição do autor para a inclusão social.

Segundo o parlamentar, Dorinha e Luca brincam e divertem-se com desenvoltura em meio aos outros personagens, “demonstrando que a inclusão é viável”. Paim informou que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam a existência de 160 mil cegos no Brasil e de mais de 2 milhões de pessoas com grande dificuldade visual.

– Eles merecem todos os direitos e oportunidades, como qualquer outro brasileiro – observou.

## João Alberto Souza saúda os 86 anos da cidade de Bacabal

João Alberto Souza (PMDB-MA) ocupou a tribuna do Plenário ontem para comemorar o aniversário de 86 anos da sua cidade natal, o município de Bacabal (MA).

De acordo com o senador, no início do século 20, a região era habitada por pequenos produtores rurais (inclusive escravos) e pelos índios guajajaras, “cujas malocas localizavam-se no atual bairro do Juçaral”.

O parlamentar destacou a fertilidade do solo e a abundância de águas na região do município. Grande produtora agrícola, salientou João Alberto Souza, Bacabal já chegou a ser a maior cidade do estado nordestino em colheita de produtos como arroz, feijão, mandioca e babaçu, “a principal riqueza natural do município”.

## Frente quer rápida votação de projetos em favor da criança

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente lança hoje, em parceria com diversos movimentos sociais, a campanha Parlamentares da Esperança: Seu Voto é pela Infância.

O objetivo é, ao longo de um mês, realizar intensa mobilização a fim de sensibilizar integrantes de todas as assembleias legislativas do país, além dos próprios deputados federais e senadores, no sentido de priorizar a votação de projetos de lei voltados à defesa dos direitos da população infanto-juvenil. A frente é coordenada no Senado por Patrícia Saboya (PSB-CE).

No Congresso Nacional, a idéia dos coordenadores da campanha – que tem a participação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes – é assegurar que sejam aprovados rapidamente projetos de lei apresentados pela CPI da Exploração Sexual, para que o presidente Lula possa sancioná-los já em 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

– A aprovação dos projetos é de fundamental importância para a nossa luta contra a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes. Isso porque eles oferecem instrumentos concretos para que possamos punir, com maior rigor, os envolvidos nesses crimes e resguardar os direitos das vítimas – afirmou Patrícia Saboya.

O ato público de lançamento da campanha está marcado para as 13h30, no *hall* da Taquigrafia da Câmara. Às 15h30, representantes da campanha vão reunir-se com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para pedir urgência na aprovação dos cinco projetos da CPI. Algumas dessas propostas promovem significativas modificações nos códigos Penal e de Processo Penal, e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Três já foram aprovadas pelo Senado.



Patrícia Saboya destaca importância das medidas para luta contra abusos sexuais

Cessão seria feita mediante a antecipação do valor de face dos créditos.  
Substitutivo de Jonas Pinheiro estende negociação a estados e Distrito Federal



Pauta da CAE inclui projeto que impede o bloqueio de verba destinada a pagamento de royalties a estados e municípios

## Prefeituras poderão ceder dívida ativa a instituições financeiras

Uma das principais matérias que devem ser votadas hoje, a partir das 9h30, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), entre as 22 propostas da pauta, é o substitutivo do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a projeto de resolução de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que autoriza a cessão da dívida ativa dos municípios para cobrança por instituições financeiras. O substitutivo inclui os estados e o Distrito Federal no mecanismo de cessão de créditos.

Conforme o projeto (PRS 57/03), a cessão se dará mediante a antecipação de até o valor de face dos créditos, desde que respeitados os limites e condições

impostos pela Lei Complementar 101/00 e pelas resoluções 40/01 e 43/01, do Senado.

Os defensores da proposta garantem que a medida compensará a falta de recursos dos municípios. Já os críticos alegam que a iniciativa poderá comprometer a receita corrente e promover o retorno das antecipações de receitas orçamentárias (Aros).

O substitutivo prevê a possibilidade de as instituições financeiras parcelarem os débitos tributários nas mesmas condições que seriam asseguradas às unidades da Federação. E estabelece, ainda, que os bancos prestarão contas dos valores cobrados mensalmente, repassando

ao Distrito Federal, estados e municípios o saldo da cobrança efetivada, descontados os custos operacionais.

Na mesma reunião, a CAE também deverá votar projeto de lei (PLS 19/05 – Complementar) de iniciativa do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que proíbe o bloqueio, pelo governo federal, de verbas para pagamento de royalties aos estados, Distrito Federal e municípios, bem como a órgãos da administração direta da União. Esses royalties são relativos à participação na exploração de petróleo ou gás natural, recursos hídricos para fins de geração de eletricidade e outros bens minerais.

## Comissão vota amanhã o projeto que regulamenta as cooperativas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) poderá votar amanhã o projeto de lei (PLS 171/99) do senador Osmar Dias (PDT-PR) que regulamenta o sistema cooperativista nacional. A proposta possibilita às cooperativas a abertura do capital mediante a emissão, autorizada em assembleia geral, de certificados de aporte de capital.

Os compradores desses papéis não ganhariam a condição de associados das cooperativas, mas apenas receberiam uma remuneração, fixa ou percentual, sobre os ganhos dos negócios efetuados por elas. O projeto prevê ainda contratos de parceria, a fim de permitir a participação de não-

sócios nas atividades de interesse das cooperativas.

O objetivo da proposição de Osmar Dias é regulamentar o mandamento constitucional que acaba com a tutela do Estado sobre as cooperativas e tornar as regras para o setor mais modernas e condizentes com as normas vigentes em outros países. O projeto dá uma definição mais ampla para o ato cooperativo, levando em conta que a Constituição agora garante tratamento tributário próprio a essa atividade.

O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), apresentou parecer pela aprovação do projeto, com uma emenda de ordem técnica.

Na mesma reunião, a CRA



Objetivo da proposição de Osmar Dias é tornar mais modernas regras para o setor

examina dois outros projetos que estabelecem regras gerais para o sistema cooperativo, um de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e outro do então senador José Fogaça. Demostenes Torres, no entanto, ofereceu parecer pela rejeição das duas iniciativas, a fim de que prevaleça o projeto de Osmar Dias.

## Saque do PIS-Pasep por desempregado com mais de 45 anos

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisam nesta quinta-feira, a partir das 9h30, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 142/04, que permite ao trabalhador desempregado com mais de 45 anos sacar seus recursos acumulados no fundo de participação PIS-Pasep. O autor da proposta, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), informa que existem 39 milhões de contas com saldo e um patrimônio líquido da ordem de R\$ 25,4 bilhões, cujo valor médio por conta individual está em torno de R\$ 651,17.

Suassuna argumenta que é “um contra-senso” o impedimento do saque por trabalhadores que, “encontrando-se na difícil e muitas vezes desesperadora situação de desempregado, em especial quando mais velhos, de baixa renda e sem outra fonte financeira de sustento, não possam utilizar os recursos que lhes pertencem”. A proposta tem como relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que apresentou parecer favorável.

Atualmente, o saque do PIS-Pasep é possível apenas nos casos de aposentadoria, transferência de militar para a reserva remunerada ou reforma, invalidez, Aids e câncer (titular e dependentes), benefício assistencial a idoso ou deficiente, idade igual ou superior a 70 anos e morte do trabalhador. O fundo hoje é destinado ao custeio do programa Seguro-Desemprego e do abono salarial, e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

### Talidomida

Outro projeto a ser analisado na mesma reunião (PLS 19/03) estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a portadores da chamada síndrome da talidomida. De acordo com a proposta, de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE) e relatada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), os que sofrem da deficiência poderão aposentar-se após 20 anos de contribuição, sem a necessidade de atingir o limite etário estabelecido na lei.

Na década de 60, a talidomida foi muito utilizada para combater enjoos durante a gravidez. Mais tarde, descobriu-se que sua ingestão causava o encurtamento dos membros do feto. O uso da substância também pode afetar a coluna vertebral e provocar defeitos visuais e auditivos.

## Tião Viana destaca resultados de programa de saúde bucal

O senador Tião Viana (PT-AC) comemorou os resultados do programa Brasil Sorridente, do governo federal, que reúne uma série de ações em saúde bucal. Segundo Viana, desde que o programa foi adotado pelo Ministério da Saúde, em março de 2004, mais de 63 milhões de brasileiros, sem distinção de idade, em 3.995 municípios do país, já foram atendidos, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). O senador anunciou ainda que o Brasil Sorridente receberá, até o final de 2006, investimentos de mais de R\$ 1,3 bilhão.

De acordo com o parlamentar, que é médico, o programa surgiu da necessidade de políticas públicas em saúde bucal, uma vez que, embora o Brasil tenha, em sua avaliação, avançado bastante na última década na prevenção e no controle da cárie em crianças, a situação de adolescentes, adultos e idosos está entre as piores do mundo.

– Até a adoção do programa, a atuação na área odontológica pelo SUS era prioritariamente voltada a crianças e por meio de procedimentos simples, como extração dentária, restauração, pequenas cirurgias, aplicação de flúor.



Programa Brasil Sorridente já atendeu mais de 63 milhões de pessoas, diz Viana

Apenas 3,3% dos atendimentos odontológicos correspondiam a tratamentos especializados – disse Viana, lembrando que a boca é o primeiro componente do aparelho digestivo, cujo bem-estar é fundamental para a prevenção da saúde do cidadão.

O parlamentar informou que a Política Nacional de Saúde Bucal apresenta, como principais linhas de ação, a viabilização da adição de flúor a estações de tratamento de águas de abastecimento público, a reorganização do atendimento básico e o aprimoramento do atendimento especializado, principalmente por meio da implantação de centros de especialidades odontológicas e laboratórios regionais de próteses dentárias.

## Servidores da Funasa estão sendo contaminados, alerta Fátima Cleide

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) denunciou ontem, em Plenário, a contaminação de servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no estado de Rondônia por produtos químicos utilizados na prevenção e no combate a endemias como dengue, febre amarela e malária. Segundo informou, exames recentes realizados em 200 servidores da Funasa lotados no estado deram positivo em 100% das análises para contaminação pelo pesticida DDT (diclorodifeniltricloroetano), com uso proibido no país desde 1995.

– Em vez da concentração indicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de três miligramas por litro de sangue, a desses servidores oscilou entre cinco e 18 miligramas por litro de sangue – afirmou a senadora, sustentando que o problema afeta servidores do órgão em outros estados.

Segundo Fátima Cleide, esse quadro é resultado da falta de planejamento das ações, de orientação e de equipamento adequado para manuseio desses produtos.

Além de reivindicar a realização de exames para medir o nível de contaminação por substâncias tóxicas, os servidores da Funasa em Rondônia cobram do poder público o custeio de tratamento médico, indenização por danos morais e materiais e aposentadoria especial.

A comemoração, ontem, do Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária e do Dia do Índio, amanhã, também foi registrada pela senadora. Em relação à última data, Fátima Cleide destacou a realização do 3º Acampamento Terra Livre e da 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas, ambos no Distrito Federal.



Fátima: exames apontam contaminação por pesticida proibido no país desde 1995

Presidente da Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação afirma que houve redução de salários e 25 mil empregados estão em férias coletivas

## Indústria do frango corta 15 mil empregos, denuncia sindicalista

Em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre questões ligadas à gripe aviária, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Contac), Siderlei Silva de Oliveira, afirmou que 15 mil trabalhadores do setor já foram demitidos devido à paralisação temporária da produção de frangos determinada pelos empresários. Além dos demitidos, mais 25 mil empregados foram colocados em férias coletivas.

O senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH, foi o autor do requerimento para realização da audiência com representantes da indústria da alimentação e dos trabalhadores do setor avícola de diversos estados.

Ao denunciar a situação dos trabalhadores, Siderlei disse que a medida adotada pelas empresas foi tomada para impedir a queda do preço no mercado interno. Esse preço cairia, argumentou o presidente da Contac, com o aumento da oferta provocado pela redução da exportação do frango, causada pelo temor à gripe aviária entre os consumidores dos países importadores. Siderlei avalia que os empresários do setor passam todo o ônus da crise para os trabalhadores e pedem compensações ao governo.

– Os empresários querem benefícios do governo, mas nós defendemos que esses benefícios sejam casados com a garantia de não demissão – disse ele.

### Denúncias

Siderlei Oliveira e o presidente

da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, ainda denunciaram a demissão de empregados que adoecem em função das condições de trabalho. Segundo Felício, apesar da alta lucratividade com as exportações nos últimos anos, a média do valor salarial no setor é de dois salários mínimos. As empresas aproveitam-se da crise para diminuir salários e aumentar as exigências de trabalho, segundo os líderes sindicais.

Os presidentes das federações dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Mato Grosso (FTIA/MT) e do Paraná (FTIA/PR), Sidney Amorim e Hernani Garcia Ferreira, respectivamente, reivindicaram durante o debate medidas de proteção para os trabalhadores.



No debate presidido por Paim (C), Artur Camargo (E) sugere campanha publicitária e Siderlei Oliveira pede garantia de não demissão

## Trabalhadores cobram ações para minimizar crise

Líderes sindicais que representam trabalhadores do setor de produção de frango cobram do governo, além de medidas consistentes para a prevenção da gripe aviária, ações de marketing para estimular o consumo do produto. O objetivo é minimizar a crise decorrente da retração das vendas do produto brasileiro no mercado internacional, verificada após a eclosão da virose em países orientais e europeus.

O apelo foi feito na audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa destinada a avaliar os impactos sociais e econômicos da gripe aviária no país. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da

Alimentação (CNTA), Artur Camargo, sugeriu uma grande campanha publicitária no exterior com jogadores da Seleção Brasileira de Futebol e outras personalidades, em que essas pessoas apareçam como consumidores do frango brasileiro.

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIA-RS), Darci Rocha, reforçou o apelo em favor das campanhas de incentivo ao consumo. Porém, sugeriu que o foco seja o mercado interno, como forma de compensar a retração das vendas no exterior.

O senador Paulo Paim assumiu o compromisso de defender junto ao governo a inclusão de

representantes dos trabalhadores na comissão interministerial que realiza estudos para prevenir a doença e reduzir seus impactos no país.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS), Paulo Pimentel, manifestou a preocupação da entidade com um possível surto da gripe aviária sobre os trabalhadores da área e defendeu a mobilização da categoria para antecipar-se aos fatos.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ter ficado “estarcido” com as informações sobre a crise, em que as estratégias defensivas das empresas atingem duramente os trabalhadores, com crescente desemprego.

Substitutivo de Arns a proposta de Alvaro exige o registro de circos no Ministério da Cultura e define medidas de proteção a animais circenses da fauna silvestre ou exótica

## Comissão de Educação vota proposta de normas para circos

A Comissão de Educação (CE) examina hoje, em turno suplementar, substitutivo do senador Flávio Arns (PT-PR) ao projeto de lei que dispõe sobre registro de circos perante o Ministério da Cultura e determina medidas de proteção aos animais circenses.

A proposta (PLS 397/03), de autoria de Alvaro Dias (PSDB-PR), receberá decisão terminativa na CE. Ela define o setor circense como integrante do patrimônio cultural brasileiro.

No substitutivo, Arns argumenta que “assegurar a sobrevivência do circo representa atividade legítima do Congresso para defender as raízes culturais do país, em contraposição ao avanço avassalador da cultura globalizada, que vem, progressivamente, descaracterizando as manifestações artísticas e populares nacionais”. Pela proposta, o circo precisará apresentar a certidão de registro no órgão responsável pela política nacional de cultura para poder funcionar. Os animais das faunas silvestre brasileira e



Objetivo da comissão ao analisar a proposta é defender as raízes culturais do país

exótica deverão ser registrados no órgão ambiental competente, que poderá dar permissão para sua venda ou permuta com instituições congêneres do Brasil ou do exterior. Depois de aprovado, o projeto ainda necessitará de regulamentação específica.

### Herói indígena

A CE também examinará projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) que inscreve o nome de Sepé Tiarajú – índio guarani que lutou até a morte na defesa de suas terras – no *Livro dos Heróis da Pátria*

(PLS 421/05).

Na pauta da comissão figura, ainda, o PLC 2/06, que inclui entre as obras protegidas pela Lei de Direito Autoral as produções da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Em parecer favorável ao projeto, Roberto Saturnino (PT-RJ) afirma que “as produções da ABNT constituem criação intelectual por corresponderem a idéias, procedimentos normativos, projetos ou conceitos matemáticos originais”.

## Conselho discute marcos regulatórios de comunicação

O Conselho de Comunicação Social do Congresso reuniu-se ontem para discutir os marcos regulatórios dos meios de comunicação social do país.

– Nosso trabalho passa pela definição do que é comunicação social, o que é conteúdo, quem pode ser considerado produtor de conteúdo – ressaltou Paulo Tonet Camargo, que representa a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) no conselho.

Essa produção vinha e continua sendo feita pelas empresas de radiodifusão (rádio e televisão). “Mas, com o advento da internet, tudo o que valia para os veículos ficou defasado, porque a rede de computadores misturou todas as mídias em uma plataforma”, acrescentou Tonet.

As operadoras de telefonia também passaram a se interessar por esse mercado e hoje há, segundo Tonet, uma disputa entre “players com possibilidades de negócios diferentes”. A concepção das empresas de radiodifusão obtém suas receitas por meio de



Conselho de Comunicação Social analisa produção de conteúdos e direitos autorais

publicidade. Já a das empresas de telecomunicações, como as operadoras de telefonia, baseia suas receitas em tarifas.

### Trilha sonora

Outra questão debatida foi a cobrança de direitos autorais sobre trilhas sonoras de filmes exibidos publicamente. O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) cobra os direitos sobre a receita bruta da bilheteria de filmes exibidos nos

cinemas nacionais. A cobrança é contestada pelos exibidores, que argumentam que os direitos já são pagos no momento da contratação da produção da obra audiovisual. Essa tese foi encampada pelo PLS 532/03, que determina o fim da cobrança de direitos autorais realizada sobre a arrecadação bruta obtida com as bilheterias.

A próxima reunião do Conselho de Comunicação Social está prevista para 15 de maio.

## Ato pela programação regional e produção independente na TV

Junto com jornalistas, cineastas e artistas, a Frente Parlamentar de Cinema realiza hoje ato político pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 59/03, que trata da regulamentação da regionalização da programação cultural, artística e jornalística e da presença da produção audiovisual independente na TV aberta brasileira. De autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), o projeto, já aprovado pela Câmara, está atualmente em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

O ato terá início às 10h com a apresentação de curtas-metragens no telão em frente à Ala Teotônio Vilela, no Senado, seguido de visita a líderes partidários. Nesse mesmo local, no período da tarde, artistas, entidades, parlamentares

e o ministro da Cultura, Gilberto Gil, realizarão manifestação. O ato é uma iniciativa da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), coordenadora da Frente Parlamentar de Cinema, em parceria com a deputada Jandira Feghali, autora do projeto.

Conforme manifesto assinado por dezenas de artistas e intelectuais de peso, entre eles a cineasta Tizuka Yamazaki e o ator José Wilker, o PLC 59/03 representa “um caminho de esperanças e compromissos na construção da identidade cultural enquanto nação brasileira e seres sociais que somos”, e é “uma importante janela que se abre para além de um extenso debate sobre a legislação que deve ser atualizada e criada, correspondente ao momento histórico atual”.

## Projeto de Simon impõe maior controle ao crescimento urbano

De autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), o Projeto de Lei 70/06 busca harmonizar políticas públicas com o crescimento das cidades. O senador disse entender que a ocupação irregular do solo urbano no Brasil torna-se mais grave por não se articular com a prestação de serviços de saneamento.

O texto tem de ser aprovado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) – a esta última caberá a decisão final do Senado sobre a matéria.

Na justificativa do projeto, o parlamentar alega que o parcelamento irregular do solo urbano é responsável por inúmeros problemas enfrentados pelos moradores das principais cidades brasileiras, como poluição de recursos hídricos, propagação de doenças respiratórias e infecto-contagiosas, congestionamento de trânsito e aumento dos custos de urbanização.

O projeto do senador altera a Lei 6.766/79 para estabelecer que a ligação do loteamento residencial às redes de distribuição de água e energia elétrica deve ser feita após a aceitação das obras pelo poder público. Também muda o Estatuto da Cidade para integrar a implantação de redes de infraestrutura ao planejamento urbano, de modo a corrigir distorções na expansão das cidades. Modifica ainda a Lei 8.987/95, para impedir o repasse automático das perdas decorrentes de ligações elétricas clandestinas às



Para Simon, a ocupação irregular de terras urbanas é mais grave se falta saneamento

tarifas, e a Lei 10.438/02, a fim de determinar que a política de universalização do serviço de energia elétrica leve em consideração a ordem urbanística e a proteção ambiental.

– Os assentamentos, além de comprometerem o ordenamento territorial do município, provocam degradação ambiental, na medida em que contribuem para a erosão da terra e o assoreamento dos rios. Em muitos casos, caracterizam-se como áreas de risco, sujeitas a desmoronamentos e alagamentos, cuja vítima principal é a população de baixa renda.

De acordo com Simon, é raro encontrar-se um loteamento que, mesmo clandestino, não esteja abastecido com água e energia elétrica. Isso, por sua vez, avalia o senador, contribui para o adensamento do local e cria um fato consumado de difícil reversão. Em sua opinião, loteamentos devem ser resultado de projetos aprovados pelas autoridades municipais, em áreas previamente estabelecidas pelo plano diretor.